

# O Contexto Educacional Contemporâneo

*Fábio Augusto Torres*

## RESUMO

Os aspectos que serão abordados, nesse artigo, vislumbram os programas governamentais de inclusão e de renda mínima, além de ressaltarmos o papel de destaque do docente nesse processo de desenvolvimento sócio-educacional. Os objetivos principais são a fomentação de políticas desenvolvimentistas e a busca de uma sociedade mais igualitária e justa. Os fatores históricos, os quais têm fundamental importância no cenário atual, são abordados como instrumentos na busca da compreensão do que nos levou ao atual cenário complexo e desigual. As questões políticas, que em muitos momentos se confundem com a própria história, são mencionadas sem a profundidade que merecem devido tamanha complexidade do tema.

## INTRODUÇÃO

A partir das décadas de 1980 e 1990 o debate sobre os programas de renda mínima ganhou destaque no cenário mundial, com a crise do capitalismo contemporâneo. A redefinição do bem estar social e as suas políticas universalizantes, as relações de trabalho e o aumento do desemprego foram os temas centrais desse debate. Foram apresentadas duas soluções: a redução da jornada de trabalho e uma renda mínima; a renda mínima vem como uma solução em potencial para os trabalhadores excluídos temporariamente ou definitivamente ou ainda para complementar a renda dos incluídos parcialmente no mercado de trabalho. A relevância do educador nesse processo evolutivo não pode deixar de ser abordada sob nenhuma hipótese, pois seu papel é o principal.

## DESENVOLVIMENTO

No Brasil os programas de renda mínima atingem os mais pobres na condição de sobrevivência ou indigência. Segundo o Relatório Mundial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2004), o Brasil possui a pior distribuição de renda do mundo, onde 20% dos mais ricos ganham até 32 vezes mais que os 20% mais pobres; outra estatística é a educação: com 16% de analfabetos e evasão de 40% antes da conclusão do ensino “obrigatório”. Estatística esta que vem ratificar que o sistema de ensino brasileiro é extremamente elitista. Outra informação importante é que o Brasil compõe, ao lado México e de mais sete outras nações pobres e populosas, o Grupo *Education For All* (EFA)/Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO) (1990).

A globalização tem como consequência a flexibilização nas relações de trabalho e emprego, o que tem resultado em diversificação nas formas de contratação e crescente desemprego. Este processo trás consigo uma crise social e imputa à maioria da população mundial condições indignas de vida, aumento do desemprego e impõem, de forma quase que definitiva aos excluídos temporariamente ou definitivamente, a condição de exclusão do mercado de trabalho. A ineficiência dos programas sociais perante a pobreza e ao crescente aumento da desigualdade social é evidente. A dicotomia entre trabalhadores integrados e os pobres assistidos deve ser lembrada nesse contexto.

A luta continua pela regulamentação do trabalho por parte dos sindicatos sob o prisma dos direitos trabalhistas e a tradução em direitos legais, tem como o Estado e os empresários como interlocutores. A sociedade embora esteja organizada de forma hierarquizada, exploratória e cheia de injustiças sociais, começa a ter um contraponto a essa prática social com o crescimento da noção de direitos sociais e de Estado de Direito. A política social se entrepõe ao hiato derivado da acumulação capitalista em detrimento à satisfação das necessidades sociais básicas. Embora o estado busque a imparcialidade por meio de avaliações técnicas sempre há julgamento de valores, portanto não há garantia de governos imparciais.

Historicamente as políticas sociais foram desenvolvidas sob muitas contradições em vários aspectos, apenas com a Constituição 1988 houve um avanço significativo no que se refere às políticas sociais para os padrões brasileiros, obviamente. Com o processo de industrialização brasi-

leiro na década de 30 surge um conjunto de políticas em prol dos trabalhadores urbanos e industriais, mas os trabalhadores rurais foram cerceados desses benefícios. Em 1943 a CLT vem consolidar de forma definitiva os direitos trabalhistas previstos nessa importante lei, além da criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), e a criação, posteriormente, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e, com ele, a política de habitação, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH).

Foi no período da ditadura em que o cerceamento das liberdades e direitos políticos e civis irá, paradoxalmente, ampliar políticas sociais de cobertura ampla e extensão universal. No tocante à educação, a ampliação do direito à educação de quatro para oito anos, constituiu-se em importante medida de expansão da escolaridade aos cidadãos brasileiros. O final dos anos de 1970 e o início dos de 1980 foram marcados pela luta em favor da democratização da educação, de ampla defesa do direito à escolarização para todos, de universalização do ensino e de defesa de maior participação da comunidade na gestão da escola. Na Carta Magna de 1988 foram consolidadas as reivindicações nos movimentos com o declínio da ditadura e a emergência da democracia. Durante o governo Sarney (1985-1989) a Constituição sofreu duras críticas, já em 1990, durante o governo Collor, teve início a modernização do Estado brasileiro com as privatizações, liberação das importações, desregulamentação da economia e o “corte” dos gastos públicos.

As políticas sociais brasileiras são extremamente ineficientes no tocante ao estímulo à construção de uma capacidade de autosustento. Com as bolsas e os auxílios fornecidos pelo estado para os que se encontram em uma condição mínima de sobrevivência. No governo FHC e do seu sucessor Luiz Inácio Lula da Silva, os auxílios e bolsas foram a tônica, mais clamor popular e por maior acesso à saúde, educação, habitação e previdência. A política de transferência de renda e não a do estímulo ao trabalho é um paliativo. Por não gozar do pleno emprego e pela taxa de desemprego elevado a população mais carente e mais despreparada educacionalmente sofre as consequências. Vale lembrar que essa transferência de renda não atinge a todos, por mais ínfima que seja.

Na maioria dos países latino americanos a política educacional tem se concentrado em assegurar o acesso e a permanência de grupos mais vulneráveis socialmente na escola, como, por exemplo, as cotas para negros nas universidades públicas e os programas de distribuição de renda mínima,

como o Bolsa-Escola. A ampliação da escolaridade e o aumento do contingente de alunos, atendidos nos sistemas e redes públicas, é uma realidade. No Brasil na metade da década de 1990 os programas de renda mínima começaram a se concentrar. Essa proposta justifica-se como sendo um instrumento de combate à pobreza e ao trabalho infantil, onde a permanência e a frequência do aluno estão vinculados ao recebimento dessa complementação de renda da família.

O governo do PT se propôs a transformar a educação brasileira, as lutas pela educação foram uma constante a partir de 1980. Tais movimentos se consolidaram no decorrer da década de 1990, com o processo de tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9493/96, e da permanente tentativa de elaboração de um Plano Nacional de Educação que refletisse as demandas da sociedade civil organizada. As políticas sociais atuais são confundidas com as políticas de combate à pobreza, restringindo-se à questão da renda e não às questões das desigualdades sociais, da exploração do trabalho, da distribuição de renda.

Poucas profissões gozam de tanto prestígio junto à sociedade quanto a profissão de professor. Transmitir conhecimento a pessoas das mais variadas idades, é tido como um sacerdócio por grande parte da sociedade. A prática docente sofreu mudanças consistentes nos últimos anos. As bases para as transformações estão na própria evolução vivida no mundo, as mudanças mais significativas foram comportamentais e tecnológicas. Com as mudanças ocorridas, a adequação dos profissionais da área também foi necessária, conceitos pedagógicos e metodológicos foram revistos e atualizados e até no que consiste no relacionamento com os discentes.

A tecnologia trouxe consigo uma velocidade no acesso à informação. As possibilidades atualmente são muitas para captação e transmissão do conhecimento. Não poderíamos deixar de mencionar a obrigatoriedade de atualizações constantes e permanentes do corpo docentes pois o nível de exigência dos alunos, dos pais e da sociedade de uma forma geral vem aumentando dia a dia. Essas transformações impulsionaram a busca constante pela melhoria no ensino, o que vem sendo comprovado pelo aumento da consciência crítica da maioria da população. Algumas condutas sociais e sobretudo as condutas danosas vêm sendo rejeitadas a partir das transformações iniciadas pelas mudanças no acesso à informação.

Mas só o domínio da tecnologia não é suficiente para a tão importante missão do professor. Um fator primordial é o domínio de conhecimen-

tos teóricos e práticos da arte de ensinar. Quando o professor atinge um nível diferenciado de conhecimentos a melhoria na transmissão do conhecimento fica evidenciada no rosto dos alunos e explícito pela expressão sedenta dos alunos pelo conhecimento prestes a ser adquirido. Por mais que pareça poético esse comportamento dos alunos de fato é uma conduta comum na maioria das vezes.

O descompromisso com a formação dos professores fica evidente quando as instituições de ensino responsáveis pela formação do docente não insistem em prepará-los com a visão de que serão atores protagonistas na inserção dos alunos no mercado de trabalho. Obviamente, em algumas cadeiras há uma demanda reprimida, ou seja, o mercado de trabalho demanda muitas vagas e em alguns casos as empresas vão às universidades para captar os profissionais em formação. Essa conduta das empresas suaviza o impacto negativo que tem a falta de empregabilidade de alguns cursos de graduação. Os professores, enquanto parte integrante do processo de formação dos profissionais para o mercado de trabalho, precisam estar atentos às tendências e necessidades do mercado.

Muitos docentes têm a titulação, mas não o conhecimento do mercado o que dificulta até a reestruturação dos currículos de acordo com as tendências do mercado, o que acaba prejudicando a formação do aluno no que se refere à empregabilidade. Podendo o aluno até adquirir conhecimento, mas não os solicitados pelas empresas. Um contraponto são professores que possuem apenas *lato senso* e detêm um grande conhecimento das necessidades do mercado o que corrobora para que a sua prática docente seja de excelência. Mas não podemos jamais esquecer que o ensino se baseia em três pilares domínio do conteúdo, didático e conteúdo aplicável. Pois a conjugação desses três pilares tem reflexo direto no resultado na construção do conhecimento. Um professor com didática e sem conhecimento do conteúdo não desperta o interesse dos alunos, ou ainda um professor que possui conhecimento do conteúdo e não sabe transmitir, também não desperta o interesse do aluno e por fim um professor que possui conhecimento do conteúdo e didática, mas não consegue fazer o aluno compreender aplicabilidade do conteúdo não fará o interesse do aluno despertar.

Um aspecto essencial na prática do ensino é a percepção do professor em saber motivar os alunos e a partir daí ganhar o respeito e a admiração o que com certeza fará toda a diferença na construção do conhecimento. Na verdade, há uma troca de conhecimentos tanto do professor

para o aluno como do aluno para o professor. Essa relação de troca é fundamental até para que o aluno se sinta valorizado e importante. Mas alguns professores tratam seus alunos como seres sem luz ao monopolizarem suas aulas, a bem da verdade os alunos gostam de participar das aulas, entretanto ficam inibidos com condutas de alguns professores que não permitem uma simples participação que seja.

Apesar da dificuldade em se quebrar paradigmas, e, em se processar transformações nas estruturas do ensino universitário, a ruptura do processo de dissociação entre teoria e prática precisa ser perseguido com empenho, a fim de ser possível uma melhoria na qualidade do ensino oferecido pelas Universidades atuais. Tendo como base a globalização onde a concorrência é desleal, pois muitas vezes faltam vagas de emprego para tantos profissionais que as Universidades formam, onde quem detém conhecimento prático ainda não é contratado e sim é escolhido para um processo de seleção, e quem não detém conhecimento prático é eliminado na primeira entrevista, sendo que diariamente identificam-se várias situações que requerem do profissional experiência prática do trabalho a ser executado e muitas vezes o profissional é recém-formado e teve a infelicidade de estudar com um professor extremamente teórico.

## CONCLUSÃO

As iniciativas governamentais adotadas para tentar minimizar as desigualdades sociais ao longo dos anos vêm sistematicamente demonstrando uma ineficiência assustadora. Pois as políticas de renda mínima são sustentadas por bolsas, auxílios, dentre outros recursos que não são efetivamente os que poderiam diminuir as desigualdades sociais e reduzir a pobreza de forma efetiva. A distribuição da renda no Brasil é um assunto muito falado e pouco resolvido, sendo de conhecimento geral que as políticas adotadas ao longo dos governos durante décadas foram desenvolvida com finalidades um tanto quanto pouco confiáveis, pois cria-se uma dependência mesmo que de forma velada dos eleitores que pertencem às classes menos favorecidas financeiramente. Esses eleitores ficam receosos com a possível mudança e preferem votar no candidato que lhes proporciona essa renda.

Outro aspecto que nos faz refletir é que se realmente é interessante para os governantes fomentar o crescimento qualitativo da educação.

É inegável que a quantidade de alunos inscritos nas escolas cresceu muito em parte por essa política da vinculação da bolsa à permanência nas escolas, mas o que realmente é relevante é a qualidade do ensino oferecido para estes alunos e por consequência a criação de uma população pensante e crítica. Mas apesar das mazelas mais que evidentes na sociedade brasileira de uma forma geral ainda acredito que o Brasil está em um processo evolutivo mesmo que seja de forma lenta. O que pode resumir essa conclusão é que, apesar de todos esses problemas, ainda acredito na construção de uma sociedade mais igualitária e justa.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. H. Política social e combate à pobreza: a teoria da prática. In: \_\_\_\_\_; SANTOS, W. G.; COIMBRA, M. Política social e combate à pobreza. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ABRUCIO, F. L.; COSTA, V. M. F. Reforma de estado e o contexto federativo brasileiro. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1999.

AGLIETA, M. Régulación y crisis del capitalismo. Mexico: Siglo veintiuno editores, 1979.

BAUMAN, Z. Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BOBBIO, B. et. al. Dicionário de política. Brasília: Edunb, 1992.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

BRASIL. Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os arts. 30 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, v. 135, n. 74, 18 abr., 1997. p. 7760-7761.

BRASIL. Decreto nº 3.276, de 6 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na área de educação

básica, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 7 dez.1999. p.4 – 5.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001. Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde: “Bolsa-Alimentação” e dá outras providências. Atos do Poder Executivo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 set. 2001.Seção 1. Disponível em:< [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/MPV/2206-1.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2206-1.htm)>. Acesso em: 3 jun. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Brasília, 1996. Disponível em:< <http://www.mec.gov.br/legis/pdf/LDB.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Auxílio-Gás. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/cidadao/produtos/asp/auxiliogas.asp>>. Acesso em: 8 abr. 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Bolsa família: saiba como o programa muda a vida dos brasileiros. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Programa de Erradicação de Trabalho Infantil – PETI. Brasília, 2004. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/programas/manual\\_PETI.pdf](http://www.mds.gov.br/programas/manual_PETI.pdf)>. Acesso em: 8 abr. 2005.

BRASIL. Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar. Cartilha do Programa Bolsa Escola. Brasília, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Lei no 10.219, de 11 de abril de 2001. Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - “Bolsa Escola”, e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em:< [http://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10219.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10219.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2005.

CAMPOS, M. M. Educação e políticas de combate à pobreza. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 24, p. 183-191, set./dez. 2003.

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998, 611p.

\_\_\_\_\_.As transformações da questão social. In: BOGUS, L.;

YAZBECK, C.; BELFIORE-WANDERLEY, M. Desigualdade e a questão social. São Paulo: Educ, 1997, p. 161-190.

DINIZ, E. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: \_\_\_\_\_; AZEVEDO, S. Reforma do Estado e democracia no Brasil: dilemas e perspectivas. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

DRAIBE, S. M. A política social na América Latina: o que ensinam as experiências recentes de reformas? In: DINIZ, E.; AZEVEDO, S. Reforma do Estado e democracia no Brasil: dilemas e perspectivas. Brasília:Universidade de Brasília, 1997.

FERREIRA, I. B. Direito à renda ou direito ao trabalho? Revista Inscrita, Brasília, ano 2, n. 4, p. 19-24, maio 1999.

GIDDENS, A. As conseqüências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.

HOBSBAWM, E. Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MILLS, W. Educação e classe social. In: PEREIRA, L.; FORACCI, M. M. Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação. 13. ed. São Paulo: Nacional, 1987. p. 268-286.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO A CIÊNCIA E A CULTURA.(UNESCO). Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Nova York: UNICEF, 1990. Disponível em: [http://www.unesco.org.br/publicacoes/copy\\_of\\_pdf/decjomtien](http://www.unesco.org.br/publicacoes/copy_of_pdf/decjomtien)>. Acesso em: 8 abr. 2005.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Uma escola do tamanho do Brasil. 2002.

Disponível em: <[http://www.pt.org.br/site/secretarias\\_def/secretarias\\_int\\_box.asp?cod=111&cat=14&cod\\_sis=18](http://www.pt.org.br/site/secretarias_def/secretarias_int_box.asp?cod=111&cat=14&cod_sis=18)>. Acesso em: 8 abr. 2005.

PLANO Nacional de educação: proposta. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2., 1997, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: [s.n.], 1997

PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório mundial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano. 2004. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh/>>. Acesso

em: 8 abr. 2005.

POCHMANN, M. Educação e Trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? Educação e Sociedade, Campinas, v. 25, n.87, p.383-400, maio/ago. 2004.

ROSANVALLON, Pierre. La nouvelle question sociale: repenser l'état-providence. Paris: Le Seuil, 1995.

SALAMA, P.; VALIER, J. Pobrezas e desigualdades no terceiro mundo. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, W. G. Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SILVA, O. M. S. Renda Mínima e reestruturação produtiva. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_; YAZBECK, M. C.; GIOVANNI, G. A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.

SUPLICY, E. M. Programa de garantia de renda mínima. Brasília: Gráfica do Senado, 1992.

TAVARES, L. Questões pendentes na configuração de uma política social: uma síntese. Rio de Janeiro: LPP/Outro Brasil, dez. 2004. Disponível em: <[http://www.lpp-uerj.net/outrobrasil/analises.asp?Id\\_Analise=3](http://www.lpp-uerj.net/outrobrasil/analises.asp?Id_Analise=3)>. Acesso em: 8 abr. 2005.

TOLEDO, R. P. O presidente segundo o sociólogo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.